

Conheça a atuação do **Instituto Guaicuy** em Paineiras

O Guaicuy presta assessoria técnica para comunidades atingidas e afetadas pelo rompimento da barragem da Vale

SUMÁRIO

1ª Edição | Abril de 2021

1. Apresentação: Guaicuy e Assessoria Técnica Independente (ATI)	03
1.1 O que é o Instituto Guaicuy?	04
1.2 Qual o papel da Assessoria Técnica Independente (ATI)?	05
1.3 Atuação da ATI a partir das demandas do acordo entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça	06
1.4 Fluxo previsto no acordo	09
2. Municípios com atuação do Guaicuy	10
3. Comunidades assessoradas em Paineiras	12
3.1 Organizações sociais, atividades e núcleos comunitários	13
3.2 Valores destinados ao município pelo acordo	15
3.3 Demandas comunitárias	16
4. Saiba como encontrar informações mais detalhadas	24

Apresentação: Guaicuy e Assessoria Técnica Independente (ATI)



A vertical image on the left side of the slide. It shows the dark silhouette of a tree with many branches, set against a sky with soft, warm colors from a sunset or sunrise. The sky transitions from a pale yellow near the horizon to a darker blue at the top. The tree is positioned on the left, with its branches extending towards the right.

1.1

O que é
o Guaicuy?

O Instituto Guaicuy realiza ações socioambientais há mais de 20 anos em Minas Gerais e carrega o repertório acumulado pelas décadas de trabalho do Projeto Manuelzão (UFMG).

Em 2019, foi uma das entidades eleitas para prestar Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas e/ou afetadas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

Nossa equipe é multidisciplinar, composta por profissionais da saúde, direito, comunicação, agrário, economia e ambiental.

1.2

Qual o papel da Assessoria Técnica Independente (ATI)?

O objetivo principal das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) é garantir o acesso à informação, inclusive técnica, e auxiliar as pessoas atingidas ou prejudicadas a participar de maneira informada durante o processo judicial.

As ATIs também mapeiam os impactos do rompimento da barragem nas comunidades e atuam como assistentes das Instituições de Justiça que representam as comunidades no processo coletivo (Defensoria Pública/MG e Ministério Público/MG).

1.3

Atuação da ATI a partir das demandas do acordo entre Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça

Em fevereiro de 2021 foi assinado o acordo entre Vale, Governo de MG e Instituições de Justiça que resolve parte do processo coletivo para reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale S/A no Paraopeba, de Brumadinho à Três Marias.

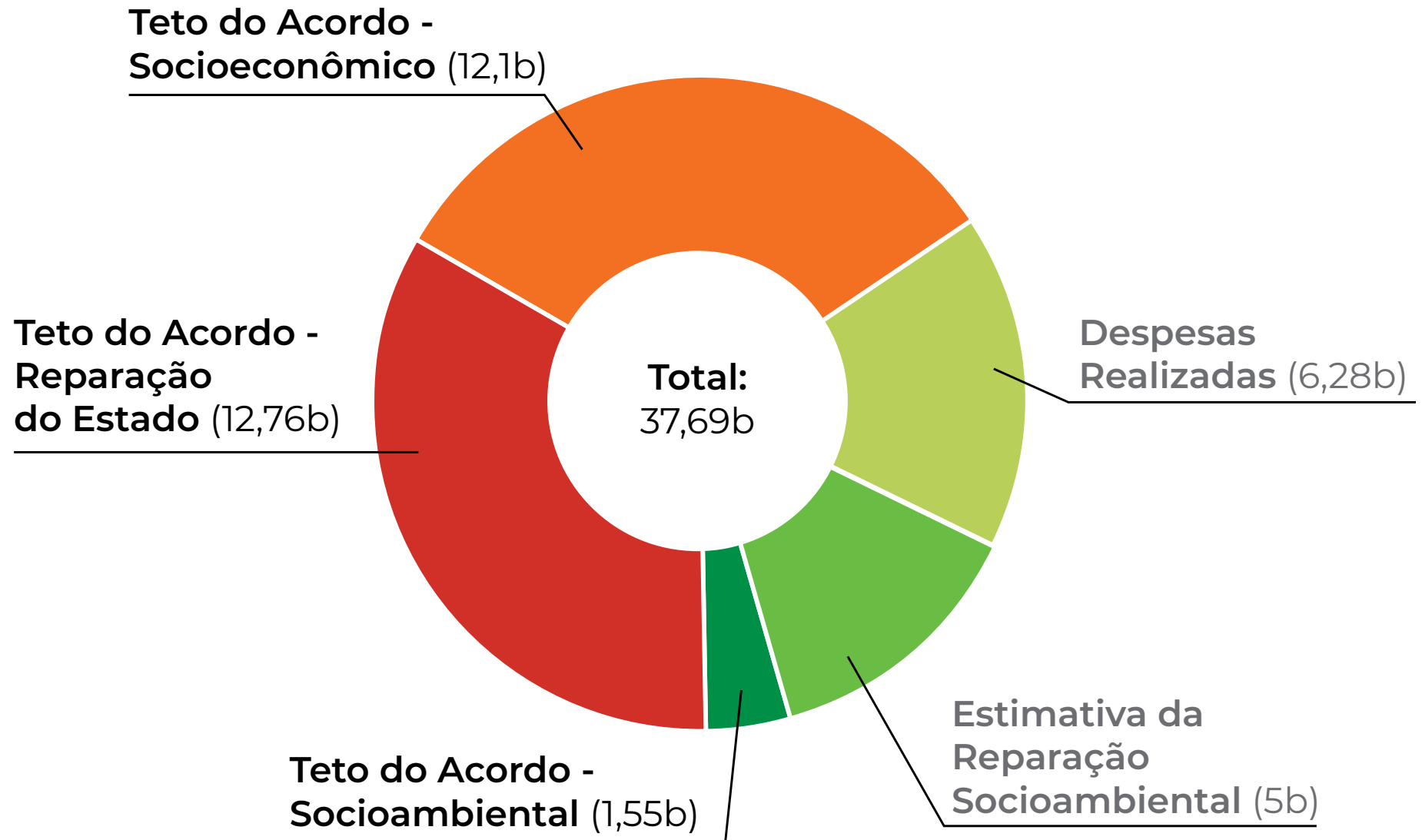
O valor total do acordo é de R\$37,69 bilhões, dos quais R\$6,28 bilhões são referentes a obrigações anteriores já pagas pela mineradora e R\$5 bilhões são estimados para a reparação socioambiental. Os outros R\$26,41 bilhões serão destinados à reparação socioambiental e socioeconômica dos danos coletivos e difusos das comunidades e aos danos causados ao Estado de Minas Gerais.

Saiba mais: [especial sobre valores do acordo.](#)



DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES NO TETO DO ACORDO

Teto do Acordo = Socioeconômico + Socioambiental + Reparação do Estado = 26,41b



No Teto Socioeconômico (12,1 bilhões) do acordo está previsto o total de R\$ 2,5 bilhões para Projetos para Bacia do Paraopeba (Anexo 1.3), relacionados às áreas de educação, patrimônio cultural e lazer, geração de renda e retomada econômica, infraestrutura, saúde e assistência social.

Esses projetos serão executados diretamente pela Vale e serão escolhidos pelo Comitê de Compromitentes (Instituições de Justiça e Estado de Minas Gerais), com consulta aos Municípios e às pessoas atingidas.

Além dos projetos previamente listados no acordo, os municípios e as comunidades atingidas também poderão submeter outros projetos relacionados ao fortalecimento dos serviços públicos.

1.4

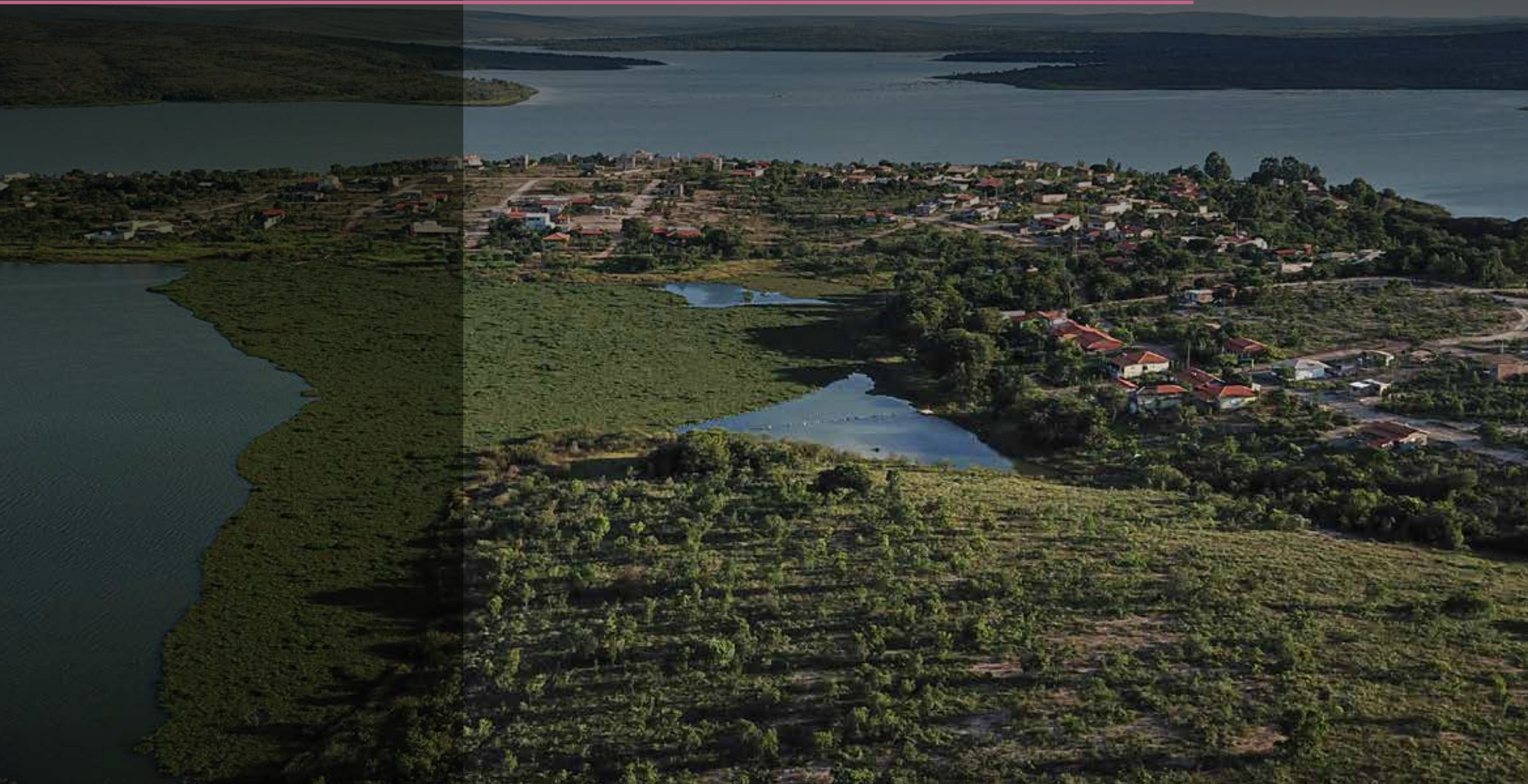
Fluxo previsto no acordo

Confira abaixo o passo a passo dos projetos vinculados ao Anexo 1.3 propostos pelas comunidades atingidas:

1. Escolha de projetos prioritários pelas pessoas atingidas e prefeituras;
2. Descrição dos projetos em formulário próprio;
3. Entrega dos projetos ao Comitê de Compromitentes (formado por Instituições de Justiça e Estado de MG);
4. Seleção técnica dos projetos a serem disponibilizados para consulta das pessoas atingidas;
5. Consulta para priorização dos projetos a serem implantados;
6. Definição dos Compromitentes sobre os projetos priorizados e envio para detalhamento e posterior execução pela Vale.

2.

Municípios com atuação do Guaicuy



Clique aqui
para acessar o
mapa virtual
e visualizar
cada uma das
comunidades
assessoradas
pelo Instituto
Guaicuy



REGIÃO 5

Instituto
GUAICUY

REGIÃO 4

Instituto
GUAICUY

REGIÃO 3

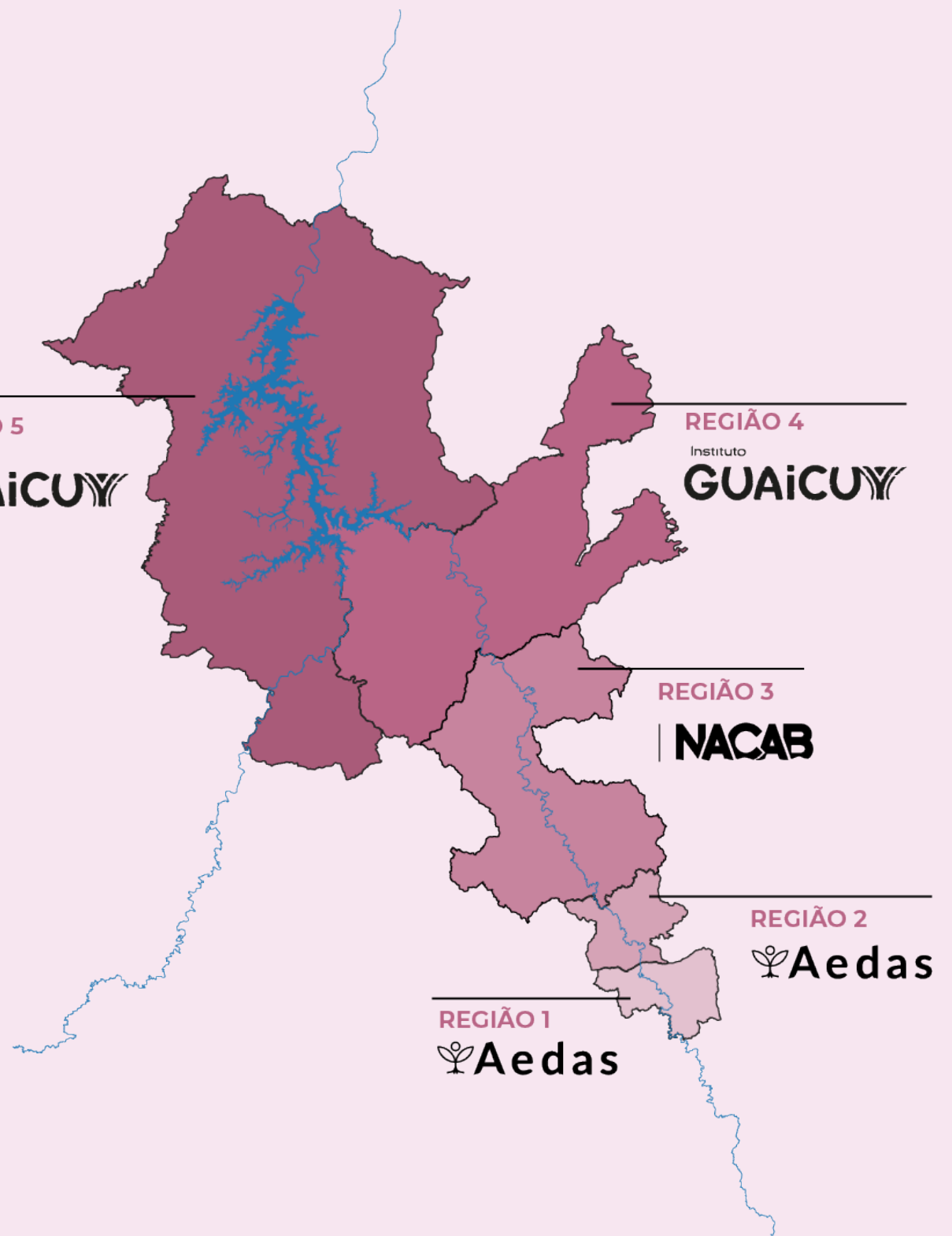
NACAB

REGIÃO 2

 **Aedas**

REGIÃO 1

 **Aedas**



3.

Comunidades assessoradas em Paineiras

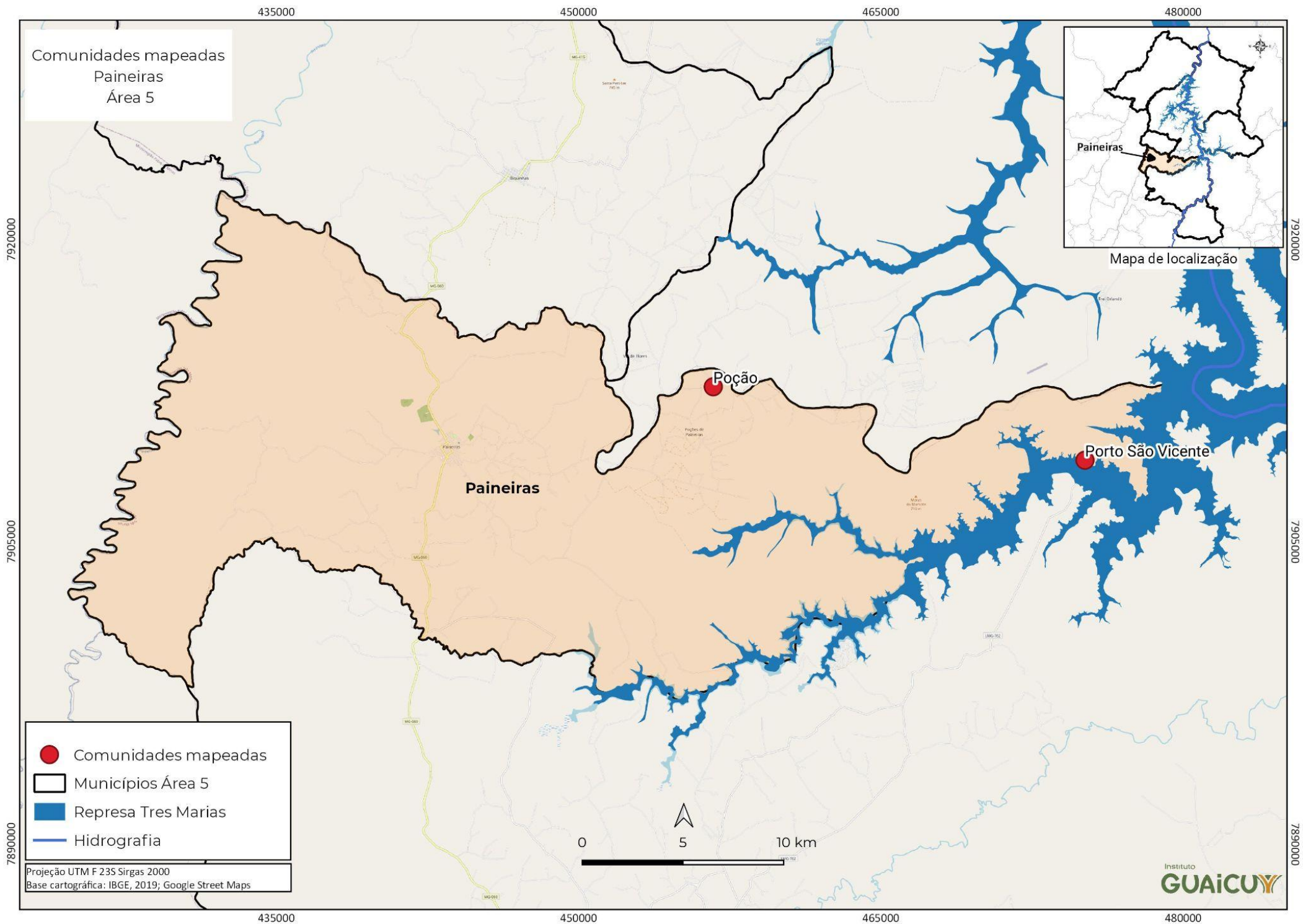


3.1

Organizações sociais, atividades e núcleos comunitários

No município de Paineiras, o Instituto Guaicuy assessora as comunidades de **Poções de Paineiras e Porto São Vicente**.

Nossa atuação é especialmente por meio de reuniões periódicas com núcleos comunitários que são espaços com as pessoas de determinada região para debater questões vinculadas aos processos judiciais que tratam do rompimento da barragem.



3.2

Valores destinados ao município pelo acordo

No acordo assinado por Vale, Governo de Minas Gerais e Instituições de Justiça está previsto (Anexo 1.3) a destinação de R\$ 58,9 milhões para o município de Paineiras.

Para fins de comparação, em 2020 o município arrecadou R\$ 21,9 milhões. Ou seja, o recurso destinado pelo acordo para Paineiras é equivalente a 268,9% do total da arrecadação em 2020, quase 3 vezes maior que o valor da receita de 2020.

3.3

Demandas comunitárias

Desde 2019 o Instituto Guaicuy recolheu e sistematizou através da realização de Diagnósticos Rápidos Participativos e do acolhimento aos atingidos diversas demandas ligadas ao impacto do rompimento da barragem no rio Paraopeba. Ressaltamos que a listagem a seguir não é definitiva, mas um indicativo das demandas das comunidades.

Demandas comunitárias

Emprego e renda

- Incentivos para a retomada do turismo de pesca;
- Implementar ações que possam mitigar os danos à imagem e reputação da região.





Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Ampliação do atendimento e fortalecimento da Atenção Primária em Saúde no município e nas comunidades rurais;
- Assistência e acompanhamento da saúde das pessoas que apresentam doenças e sintomas após o contato com a água do lago de Três Marias, em especial dermatites e sintomas gastrointestinais;
- Garantia de transporte sanitário e/ou ao transporte público adequado para que as populações das comunidades rurais possam acessar os serviços de saúde e de especialidades médicas na sede do município;



Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Garantir o acesso das comunidades rurais aos serviços de urgência e emergência;
- Garantia de acesso às especialidades médicas (dermatologista, psiquiatra, ginecologia, cardiologista, etc);
- Fortalecimento e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, com implementação, ampliação e fortalecimento do atendimento dos serviços de atenção psicossocial, como equipes volantes, nas comunidades atingidas;



Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Criação de programas Segurança Alimentar e Nutricional para garantia de alimentação saudável e nutricionalmente equilibrada, em quantidade e qualidade suficiente para toda as comunidades/famílias que perderam ou sofreram alterações nas formas de produção familiar;
- Fortalecer o serviço municipal de Vigilância à Saúde (Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador), criando uma equipe especial para monitoramento dos impactos do desastre nas comunidades atingidas;



Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Instituir ações de promoção à saúde e proteção social nas comunidades (educação em saúde e cidadania e a qualidade de vida, meio ambiente e cultura);
- Instituir ações preventivas nas comunidades rurais: campanhas de imunização, prevenção para saúde da mulher, da criança e de outros grupos vulneráveis;
- Garantia de saneamento básico total (acesso à água tratada, esgotamento sanitário, coleta, tratamento e destino adequados do lixo) para controle e prevenção de vetores e doenças transmissíveis, além da promoção de qualidade de vida;



Demandas comunitárias

Qualidade de vida, Saúde e Proteção Social

- Abrir o cadastramento no CADÚnico para famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família;
- Garantia do acesso à educação básica e infantil para as populações atingidas.

Demandas
comunitárias

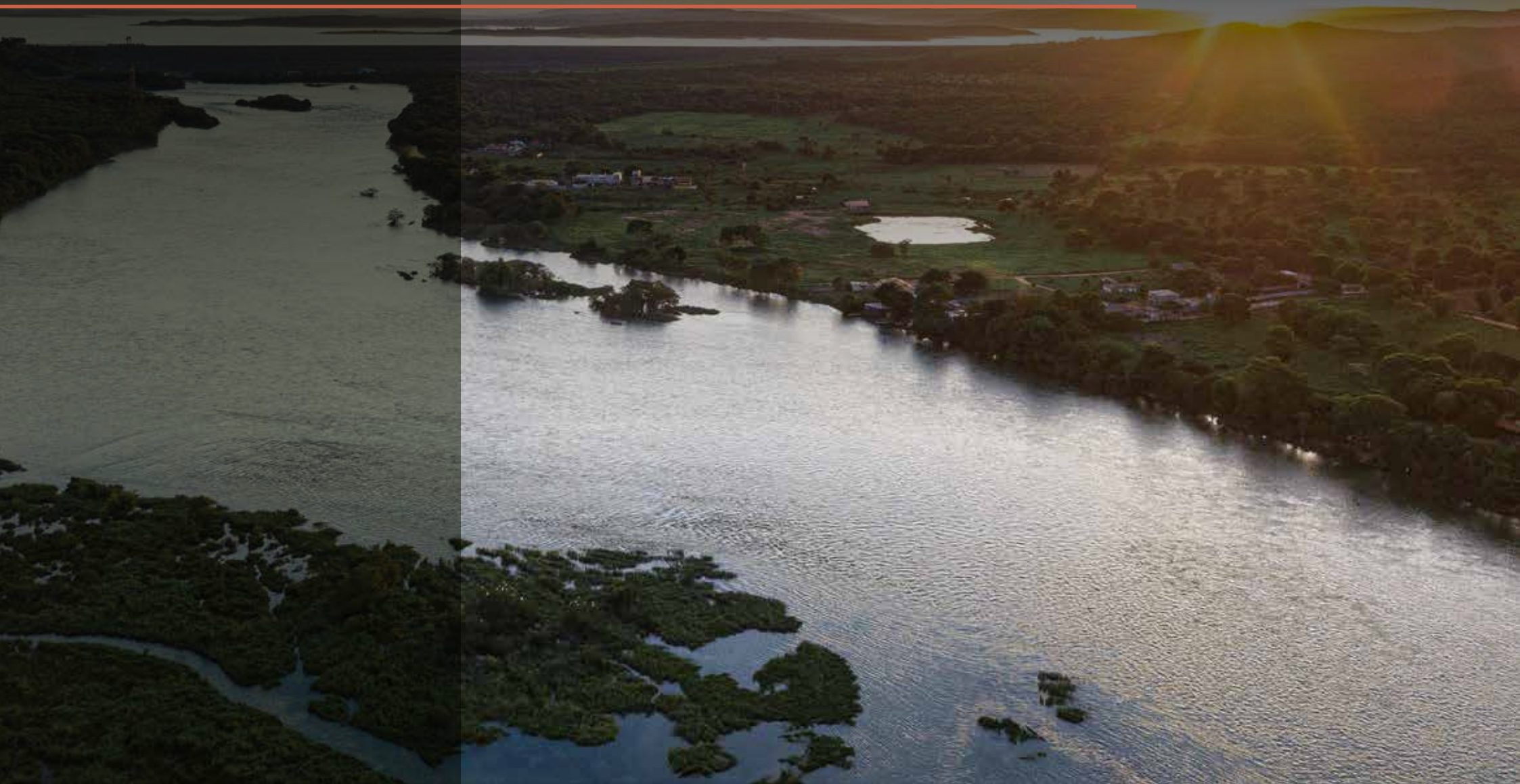
**Atividades
Agropecuárias**

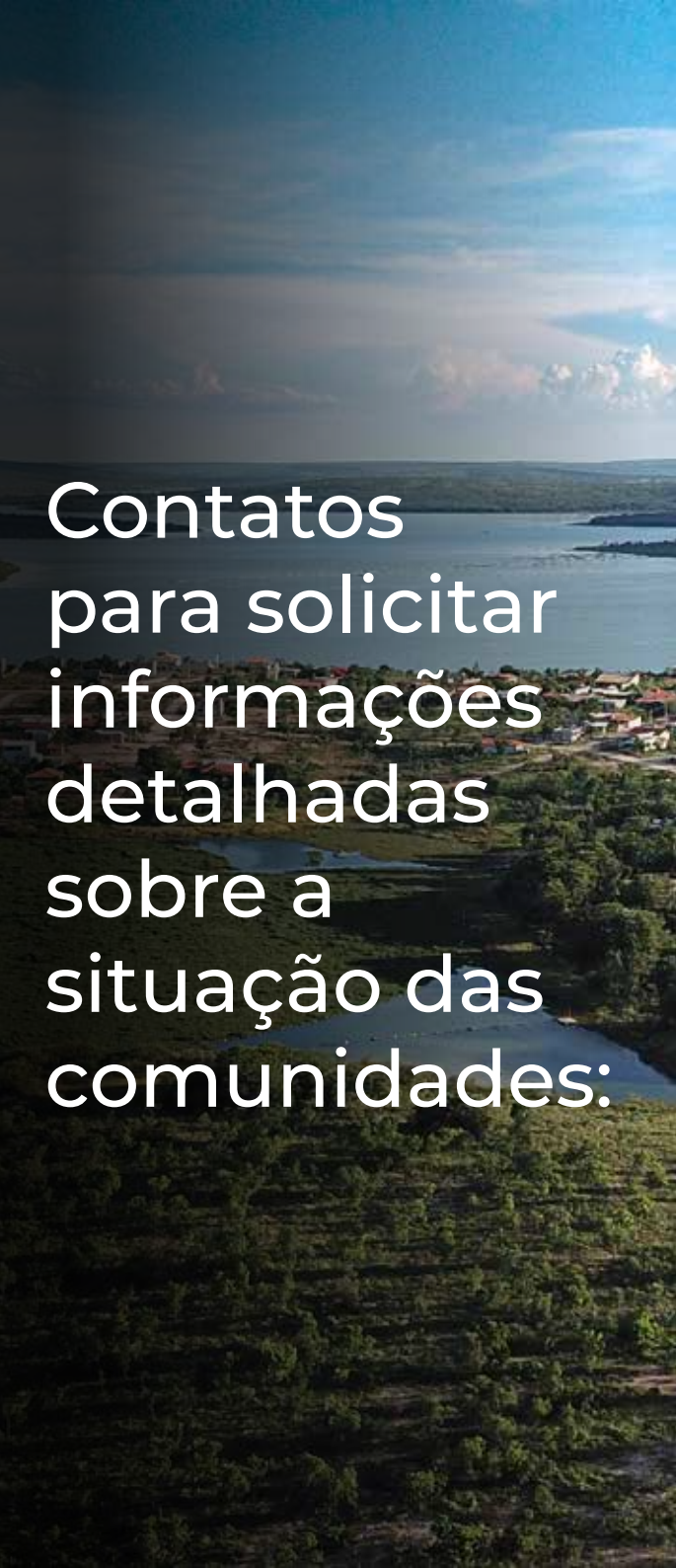
- Estudos sobre a qualidade das águas e dos peixes;
- Apoio ao pequeno produtor e incentivos a programas e projetos para os pescadores se restabelecerem econômica e profissionalmente.



4.

Procure o **Guaicuy**





Contatos
para solicitar
informações
detalhadas
sobre a
situação das
comunidades:

Análises de água

Biomonitoramento

Condições de saúde e proteção social

Informações sobre violações de direitos das pessoas atingidas

Impactos e demandas em diferentes segmentos econômicos

Impactos na Produção agropecuária

Impactos no turismo e lazer

Informações socioeconômicas

Paula Oliveira

paula.oliveira@guaicuy.org.br

(31) 97125-2490

Nísio Miranda

nisio.miranda@guaicuy.org.br

(31) 99834-5340

Leia também:

Acordo 

Acompanhamento do processo

Planos de trabalho

Instituto

GUAICUY
ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

 (31) 97102-5001 Telefone/WhatsApp para pessoas atingidas

ACESSE TAMBÉM PELA INTERNET:

www.guaicuy.org.br |  /institutoguaicuy |  /institutoguaicuy | contato@guaicuy.org.br

SEDE BELO HORIZONTE:

Rua Brasópolis, 109,
Floresta | CEP: 30111-060

SEDE FELIXLÂNDIA:

Rua Padre Jurandir, 279,
Centro | CEP: 39237-000

SEDE MORADA NOVA DE MINAS:

Rua Coronel Arnaldo Xavier Cordeiro, 591,
Centro | CEP: 35628-000

SEDE POMPÉU:

Rua Dois de Novembro, 1390,
Trevo | CEP: 35640-000